

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE.**

## **DPVAT**

**DANILO SANTOS DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, autônomo, inscrito no CPF sob o nº 042832753-28 e RG sob o nº 2005010392400, residente e domiciliado na Rua São Pedro, 248, Casa A, Pavuna, Pacatuba-CE vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada DRA. VIRGINIA CAVALCANTE PORTELA DE ALMEIDA, inscrita na OAB sob o nº 42.154, cujo endereço eletrônico é virginiaalmeidaadv@gmail.com, propor:

### **AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, COM PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA**

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

#### **I - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

O Reclamante postula a Justiça Gratuita, com fulcro nos artigos 98, § 1º e 5º do Novo CPC e artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, pois é pessoa pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento, conforme Declaração de Hipossuficiência que instrui a inicial.

#### **II – DOS FATOS**

O requerente sofreu um acidente automobilístico no dia **16/08/2019**, causando **fratura de tíbia direita e fratura do tornozelo esquerdo**, deixando a mobilidade do Requerente com danos e sequelas permanentes, conforme comprova a documentação anexa, Boletim de Ocorrência, Registro de Atendimento Médico Emergencial.

Nos termos da legislação, o valor da indenização do seguro DPVAT é o valor de **R\$ 9.450,00 (NOVE MIL QUATROSSENTOS E CINQUENTA REAIS)**, considerando as lesões mencionadas acima, porém conforme carta acostada aos autos a seguradora líder efetuou o pagamento de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos, restando, portanto, a ser pago o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos))**.

Ocorre que a indenização liberada pela Requerida não possui compatibilidade com a perda sofrida pelo Requerente, tendo em vista que este teve dois tipos de invalidez permanente e a indenização paga a requerente se refere a acidentes de graduação leve, o que não coaduna com o caso apresentado, que teve a necessidade de **realização de cirurgia de urgência** devido a gravidade dos ferimentos e que, inclusive, passou **vários dias internado** e teve a **NECESSIDADE DE COLOCAR HASTE METÁLICA E PARAFUSOS** e, ainda, **gravidade das lesões ensejou, inclusive, na necessidade de realização de diversas sessões de fisioterapia na tentativa de amenizar as sequelas permanentes**, conforme documentos médicos em anexo e cujas sequelas serão apuradas após avaliação com médico especializado nomeado por este juízo.

### III - DO DIREITO

O seguro DPVAT é um seguro de caráter eminentemente social, tendo como um de seus objetivos, conferir amparo financeiro mínimo diante das necessidades das pessoas vitimadas de acidente de trânsito que se tornam permanentemente inválidas – seja a invalidez física ou psíquica.

Como é cediço, referido amparo mínimo às vítimas inválidas é pago através de indenizações advindas de um fundo comum administrado pela SEGURADORA, oriundo do seguro obrigatório pago pelos proprietários de veículo automotores, e composto por inúmeras companhias seguradoras integrante deste fundo.

Existe um convenio entre essas diversas seguradoras cuja gestão e administração cabe a seguradora. As ações judiciais de Cobrança de Indenizações de DPVAT podem ser movidas contra qualquer uma das seguradoras integrantes do referido convênio, in verbis:

**“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRANSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL”.**

Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

**QUALQUER SEGURADORA QUE OPERA NO SISTEMA PODE SER ACIONADA PARA PAGAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO SEGURO OBRIGATÓRIO, assegurado o direito de regresso. Precedentes. “(STJ, 4ª Turma, AgRg no Ag nº 870.091, rel. Min. João Otávio de Noronha, v.u., j. 20.11.2007) (g.n)**

Dito isso, é importante ressaltar, que o Requerente tem direito a receber o Seguro correspondente ao acidente como lhe é devido, considerando a invalidez permanente duas vezes em regiões distintas do membro em alto grau e os danos estéticos, tendo em vista que foi diagnosticado, conforme o laudo médico anexo, com FRATURA DA TÍBIA DIREITA E FRATURA DO TORNOZELO ESQUERDO, sendo submetido a tratamento cirúrgico e colocação de hastes metálicas e parafusos.

Dessa maneira, aduz o art. 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, **grifo nosso:**

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

***II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Conclui-se, assim, conforme documentos médicos em anexo, há necessidade de majoração no valor segurado, tendo em vista o dano permanente em alto grau, assegurando-se no art. 5º da Lei de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, **in verbis:**

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado **mediante simples prova** do acidente e do **dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Ademais, consoante o Julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sendo atestado a invalidez permanente, o seguro deverá indenizar a vítima do acidente na sua integralidade, **grifo nosso**:

**APELAÇÃO CÍVEL. COMPLEMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE INCONTROVERSA. LESÃO ATESTADA POR EXAME DE CORPO DE DELITO. GRAU DE INVALIDEZ. INDIFERENÇA. REGULAMENTOS DO CNSP. INVALIDADE FRENTE À LEI ORDINÁRIA, HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. VALOR INDENIZATÓRIO DEVIDO NA SUA INTEGRALIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.** "Tendo a seguradora admitido a existência da invalidez permanente (caso contrário não teria pago sequer parte do valor), apenas discordando do autor quanto à parcialidade ou grau do dano, resta evidente que a aplicação da lei não poderá ser incompleta. Isto é, **o seguro DPVAT deverá ser pago em sua integralidade àquele que sofreu lesão por acidente de trânsito, da qual haja resultado invalidez permanente, não importa em que grau.**" (Apelação Cível n.de Ituporanga. Relator: Des. Edson Ubaldo, j. em 23-7-2009) "É competência das leis gerar obrigações a terceiros, a teor do princípio constitucional da legalidade, não se podendo falar em existência de limite imposto aos prêmios segurados pelas resoluções da CNSP e da SUSEP, porquanto as leis são normas hierarquicamente superiores àquelas editadas pelos órgãos regulamentadores e fiscalizadores." (Apelação Cível n. , de Blumenau, Rel. Des. Carlos Prudêncio, j. em 8-5-2007). "O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, não havendo incompatibilidade entre o disposto na Lei n. 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária" (AgRg no Ag n. 742443/ RJ, Rel. Min. Nancy Andrichi, j. em 4-4-2006).

(TJ-SC - AC: 754241 SC 2009.075424-1, Relator: Carlos Adilson Silva, Data de Julgamento: 06/04/2010, Quarta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n.de Blumenau)

Frisa-se, Excelência, que a Requerida indenizou com valor de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, no entanto, trata-se aqui de invalidez permanente de alto grau em dois tipos, a saber: perna e tornozelo, portanto, em correspondência com a graduação da perda, aduz o inciso II, §1º, art. 3º da Lei nº 6.194/74 que: **(grifo nosso)**

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que **corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa**, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. tendo em vista a perda total da função do membro, sendo, portanto, perda de repercussão intensa.*

### III- DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a)A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o requerente Pobre na Forma da Lei, carecedor de recursos para custear as despesas do processo, sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;

b)A citação e intimação da requerida, por via postal e com Aviso de Recebimento, para exhibir cópia do processo administrativo em 05 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e responder aos termos da presente, no prazo máximo de 15 dias, sob pena de preclusão e revelia;

c)Se assim não entender pelo pagamento total da lesão no valor de R\$ 9.450,00, requer alternativamente que V. Exa., determine o pagamento proporcional à sequela conforme a Tabela da Lei 11.945/09, após perícia judicial a ser realizada nas dependências do fórum através do CEJUS, uma vez que, o IML vem se negando a realizar tal perícia;

d)Considerando que a presente ação trata de cobrança de diferença de seguro DPVAT e por se tratar de matéria de direito, requer o julgamento antecipado da lide, com a procedência de demanda, para condenar a seguradora-ré ao pagamento dos pedidos acima requeridos, com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e atualização monetária (IGPM) a contar da data do acidente, e custas processuais, não devendo recair sobre a parte autora quaisquer ônus sucumbências por ter pedidos alternativos e ser beneficiária da justiça gratuita conforme o art. 98 do CPC;

e)A condenação da seguradora-ré ao ônus da sucumbência, com fixação de honorários advocatícios de 20% sobre o valor final e atualizado, da condenação;

f)A parte autora manifesta que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII, do CPC, remetendo-se, portanto, os autos para central de conciliação para participar dos mutirões de DPVAT, uma vez que, a perícia é imprescindível para o deslinde da presente demanda.

Por derradeiro, requer que as intimações sejam direcionadas a Dra. Virginia Cavalcante Portela de Almeida, advogada inscrita na OAB/CE sob nº. 42.154, no endereço eletrônico virginiaalmeidaadv@gmail.com, com escritório profissional estabelecido em Fortaleza, na Rua Monsenhor Furtado, 1784, ap 504, Rodolfo Teófilo, Fortaleza-CE; sob pena de nulidade do ato.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas, notadamente, juntada posterior de documentos.

Dá-se a presente causa o valor de **R\$ 7.087,50 (SETE MIL E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

Termos em que,  
Pede deferimento,

Fortaleza, 26 de Janeiro de 2020.

**Virginia Cavalcante Portela de Almeida**  
**OAB/CE 42.154**